



**RESOLUÇÕES DO 7º ENCONTRO NACIONAL DA
JUVENTUDE COMUNISTA AVANÇANDO**

Novembro de 2013



ÍNDICE

Fala de abertura ao 7º Encontro Nacional da Juventude Comunista Avançando.....	03
SAUDAÇÕES INTERNACIONAIS.....	06
Resoluções do 7º ENJCA.....	09
Conjuntura internacional.....	09
Conjuntura nacional.....	13
Frentes de atuação.....	20



Fala de abertura ao 7º Encontro Nacional da Juventude Comunista Avançando

Camaradas, amigos e convidados!

Em nome da Direção Nacional da JCA gostaria de saudar a todos participantes deste Encontro, que vieram de até 3000 km de distância desse imenso país. Não há como esconder a alegria por essa realização, no ano em que a JCA completa 14 anos. Tempo que é apenas um marco de nossa reorganização enquanto Juventude Comunista autônoma ligada ao Polo Comunista Luiz Carlos Prestes, mas que sabemos: está ligada a toda a tradição comunista brasileira e internacional. Está ligada sobretudo ao legado de Luiz Carlos Prestes, histórico dirigente comunista desse país que aos 80 anos liderava uma profunda autocrítica política e prática, de renovação e reafirmação do marxismo-leninismo e do socialismo como alternativa, momento em que muitos partidos comunistas entravam em profundo processo de degeneração. Ele afirmava a necessidade de construção de um Partido Comunista de novo tipo, efetivamente revolucionário, produto da inserção dos comunistas na luta das massas trabalhadoras, de onde saíam as lideranças que, se aproximando da teoria do proletariado, levariam adiante a tarefa de construção desse instrumento fundamental para a revolução brasileira. Essa tarefa, hoje, assumimos de bom grado. A sua intervenção durante os anos 80 formou o embrião do que hoje é o Polo Comunista. Mas corre em nossas veias não só o sangue de Prestes, mas de Gregório Bezerra, Maria Aragão, Carlos Marighella, Olga Benário, Carlos Lamarca, Manoel Alves Ribeiro, Elisa Branco, Florestan Fernandes e tantos outros dos melhores filhos de nosso povo lutador.

A JCA assume esse legado, e leva adiante a tarefa de construção de uma Juventude Comunista como escola de quadros comunistas, inserida nas lutas e tomando como guia a ciência social-histórica do proletariado, portanto, numa profunda relação entre teoria e prática. Assim, esperamos que sejam os próximos 3 dias desse 7º Encontro Nacional: fechamento de um processo de preparação de mais de seis meses, que passou pela elaboração, estudo e debates nos núcleos de base de nossa organização. Processo extremamente produtivo, em que cada jovem aqui lançou mão de muitos momentos de reflexão sobre o rumo das lutas de classes no Brasil e no mundo. Nesse Encontro, faremos o balanço de 2 anos de luta e organização, e apontaremos caminhos para os anos que seguem.

Esse Encontro ocorre em momento de profundo mal-estar civilizatório. O capitalismo em tempos de crise estrutural apresenta contradições cada vez mais explosivas e destrutivas. Num tempo em que a irracionalidade do capital se combina com as mais devastadoras armas de destruição em massa, em que guerras são iniciadas sumariamente aos quatro cantos, não temos receio em afirmar que a continuidade do modo de produção capitalista está diante de seus limites históricos em que dois caminhos estão colocados: a crescente investida contra os povos como ameaça a toda humanidade ou o socialismo como alternativa consciente a ser perseguida pelos explorados e oprimidos nesta terra. O capitalismo só tem a oferecer mais guerras, miséria e sofrimento. O capital tem a acumulação como fim em si, e não importa se para isso é necessário retirar direitos, criminalizar movimento legítimos, relegar bilhões de seres humanos a uma espécie de apartheid social.

Mas também sabemos que os trabalhadores não se deixam massacrar sem lutar. E assim tem sido aos quatro cantos. Mobilizações têm ocorrido de forma espontânea, os povos se levantam para dizer basta a exploração e a opressão. Mas a espontaneidade não é suficiente para impor derrotas ao capitalismo. Também não é suficiente dizer que somos



comunistas e que somos contra esse sistema. Primeiro, é importante identificar concretamente quais os pilares que sustentam esse modo de produção, especialmente no Brasil, onde se consolidou o capitalismo dependente do imperialismo como único modelo possível de acumulação capitalista. No Brasil, esses pilares se articulam num bloco de poder formado pelo imperialismo, monopólios e latifúndio. O imperialismo, fase superior do capitalismo, relega ao Brasil funções subalternas, mas também associadas, com uma burguesia com vitalidade suficiente para internalizar esta dominação em vinculação com o capital financeiro, mas consolidando sua dominação de classe sem realização das reformas democráticas, o que não impede, antes reforça o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Combatemos os monopólios nacionais e estrangeiros, como expressão mais concreta e desenvolvida do modo de produção, o que exige do proletariado a capacidade de construir a hegemonia junto aos setores populares antimonopolistas. E o latifúndio, que segue modernizando-se, porém conservando a estrutura agrária, mas profundamente articulado ao capital financeiro gerando o que tem se chamado de agronegócio, cumprindo função vital para o capitalismo dependente.

Assim, a estratégia de revolução brasileira só pode ser socialista. Mas para que ela se efetive, somente sua propaganda não é o suficiente. É necessário que os jovens comunistas estejam entre os trabalhadores, estudantes e setores populares, vivendo com eles suas angústias, seus dilemas e sofrimentos. Que os jovens comunistas sintam o pulsar e saibam interpretar corretamente o estado de ânimo das massas. Se inserir nas mobilizações, e a partir daí buscar guiar as experiências de luta concretas a patamares superiores de organização e consciência a partir de um programa mínimo, ligado-o ao programa máximo revolucionário, pois a revolução democrática não é uma etapa prévia, mas parte integrante da revolução socialista. Agir com perseverança, paciência e dedicação, saber corretamente quando as lutas dentro da ordem devem se tornar contra ela.

Os jovens brasileiros demonstram de modo crescente sua capacidade de luta. No entanto, trata-se ainda de uma rebeldia espontânea e desorganizada. As Jornadas de Junho deste ano, em que milhões de brasileiros foram às ruas, muitos jovens, demonstraram isso. Um conjunto de aspirações democráticas difusas e sem rumo certo, gestadas e alimentadas por anos de políticas antipopulares, implementadas pela sequência governos liderados pelo PSDB e PT. O apassivamento e a cooptação não poderia durar para sempre, e se reproduzir sem dificuldades. O Brasil que estava quieto de repente se movimentou, e muitos acharam que era um raio em céu azul. Um aumento dos valores de passagens do transporte urbano, elemento aparentemente casual, como diz o poeta “pode ser a gota d’água”, e transbordou a torrente de insatisfações. Os trabalhadores e o povo voltam a se colocar em marcha, e o desfecho desse momento ainda não é previsível. Ele está apenas começando. Entre a rebeldia e a revolução teremos um longo caminho a percorrer.

A JCA deverá, no tempo que se abre, redobrar seus esforços organizativos. Esse 7º Encontro Nacional é um momento desse processo. Não à toa tem como tema “Consolidar as bases da JCA nacionalmente e elevar o nível de consciência e organização dos jovens no enfrentamento à ofensiva do capital”. O momento exige. Avanzamos na luta pela Universidade Popular, estratégia que levantamos há três décadas, e que nos últimos anos nacionalizou-se, com a presença de organizações aliadas, processo que precisa ser consolidado e massificado. Avanzamos na elaboração sobre os Jovens Trabalhadores, que agora se apresenta como uma frente viável e necessária, e já surgem ideias criativas sobre formas de mobilização e luta. Avanzamos no movimento estudantil secundarista, com presença em grêmios de escolas e estamos diante da possibilidade de consolidar essa atuação em conjunto com o trabalho no ensino técnico nacionalmente. Criamos novas bases da JCA onde antes não estávamos organizados.



Será também tarefa dos comunistas desenvolver de forma crescente o princípio do internacionalismo proletário. Princípio este que levou Ernesto Guevara a afirmar que devemos nos sentir angustiados quando alguém é assassinado em qualquer canto do mundo e entusiasmados quando em algum canto do mundo se levanta uma nova bandeira de liberdade. Com esse princípio é que ingressamos em 2011 como organização membro da Federação Mundial das Juventudes Democráticas, e agora preparamos uma delegação para participar do Festival Mundial que se realizará em Dezembro deste ano em Quito, no Equador.

Camaradas, nos próximos anos para além da indignação que é crescente no povo brasileiro, há grande possibilidade de haver sérias complicações econômicas, com quebra da sequência de anos com relativa estabilidade, o que apenas agravará o quadro social e político. Nossa Juventude Comunista deverá se calibrar e se temperar ainda mais. Ganhar experiência, fortalecer os estudos, ampliar a inserção na sociedade, organizando mais e mais jovens, e prepará-los para as batalhas que virão! Dialogar com as demais organizações políticas de jovens pelo país com firmeza e respeito, com aguçado olhar político e programático, superar os velhos sectarismos ainda muito presentes na esquerda brasileira.

Nas próximas lutas que virão, especialmente no ano da Copa do Mundo, em que tudo é negado ao povo em benefício do capital, deveremos buscar estar à frente, nos adiantar em relação à conjuntura, tomar iniciativas, ganhar novos aliados e ampliar nossa capacidade de dialogar com os trabalhadores e a juventude. Não há o que temer, camaradas, pois a classe trabalhadora tem um mundo a ganhar! E nós, comunistas, marcharemos junto a ela até a conquista da sociedade sem classes, plena de liberdade e realizações humanas!

Dito isso, e após as colocações de todos os demais camaradas que me antecederam, declaramos aberto o 7º Encontro Nacional da Juventude Comunista Avançando!

Secretaria de Organização da Direção Nacional



SAUDAÇÕES INTERNACIONAIS



Estimados camaradas,

Desde el Comité Central de los Colectivos de Jóvenes Comunistas de España, queremos realizar un caluroso y fraternal saludo a la celebración de vuestro VII Encuentro Nacional en Florianópolis.

Este Encuentro se realiza en un contexto clave de luchas y ataques por parte del capitalismo a toda la clase obrera mundial. El capitalismo se abastece de la fuerza de trabajo de la clase trabajadora para extraer la máxima plusvalía, aumentando así su tasa de ganancia. Sangra hasta límites insospechados a la clase obrera en todas las partes del mundo.

Todos nosotros sabemos que la lucha de clases y el internacionalismo proletario son las únicas herramientas válidas para derrocar al capitalismo en su fase superior, en su fase imperialista.

Hoy, nuestro mayor reto como Juventud Comunista debe ser organizar a la juventud obrera y de extracción popular para enfrentar al capitalismo en su fase más agresiva, porque los jóvenes somos uno de los sectores más afectados por la crisis estructural del capitalismo.

Camaradas, los CJC estamos seguros que este Encuentro servirá sin duda para fortalecer vuestra organización, así como para elevar el nivel de conciencia de los jóvenes trabajadores en contra de la ofensiva del capital. Os deseamos que el fruto de éste sirva para que vuestra organización avance. Recibid nuestro más sincero apoyo.

¡¡Viva la Juventud Comunista!!

¡¡Viva el internacionalismo proletario!!

Comité Central

Colectivos de Jóvenes Comunistas - España



Camaradas de la JCA.

El momento histórico nos llama nuevamente a intensificar la organización del pueblo, saludamos el VII Congreso de la Juventud Comunista Avanzando como la clara respuesta a ese llamado.

Son tiempos álgidos de profundas contradicciones y grandes desvíos de la histórica línea combativa, por parte de sectores que traicionan los intereses del pueblo. Esto nos obliga a profundizar en el estudio, en la acción combativa y en la confrontación sin contemplaciones al vil sistema que nos oprime.

Estamos viviendo, sin dudas, tiempos de grandes agitaciones sociales, tiempos que exigen de nosotros la disciplina más inflexible, esa disciplina que viene del convencimiento, el convencimiento de luchar por la causa más justa jamás defendida, del convencimiento de que nuestra causa no solo es justa, si no también posible, y sobre todo URGENTE!!!

En Brasil, como en todo el mundo, la brecha entre los que tienen mucho y los que no tienen nada se hace cada vez más grande, la desigualdad crece de manera grosera, ante un sistema que se encarga de devastar la naturaleza, con despiadadas guerras que acaban con poblaciones enteras en disputas por la hegemonía del petróleo. Todo esto convierte nuestro planeta en un hervidero que amenaza con explotar en cualquier momento. Pero todo esto no fue suficiente hasta ahora para cambiar radicalmente la forma en que vivimos en el mundo.

No son solo las condiciones objetivas las que determinan los cambios revolucionarios, si no la acción del sujeto histórico, nuestra clase trabajadora, cuyas condiciones subjetivas de acción son las que los comunistas debemos preparar, para esclarecer la lucha de los que buscan no solo una emancipación económica si no una emancipación humana, para esto es necesario entender que con el enemigo no se negocia, al enemigo se lo acaba!

La tarea histórica es clara camaradas, y las exigencias son máximas. El peso de nuestros caídos nos obliga a la mayor intransigencia con cualquier cosa que atente contra el avance de las fuerzas populares.

Sabemos con certeza que desde la JCA se pelea todos los días por la liberación del pueblo explotado y oprimido por un miserable sistema que apesta a muerto y podredumbre, pero que no termina de morir y que las juventudes comunistas del mundo estamos preparadas para asestarle la estocada final y de una vez por todas liberar a la humanidad de esta peste llamada capitalismo!

Saludos Camaradas de la JCA!

Viva el Internacionalismo Comunista!

Viva la patria grande!

Viva la Juventud Comunista Avanzando!



¡Alegres, Rebeldes y Combativos por la Revolución y el Socialismo!

Saludo al VII Encuentro Nacional de la Juventud Comunista Avanzando (JCA)

La Juventud Comunista del Perú – Patria Roja saluda la realización del VII Encuentro Nacional de la Juventud Comunista Avanzando, organización hermana con la cual hemos compartido e intercambiado importantes experiencias en distintos certámenes internacionales.

En la actualidad son grandes los retos que debemos asumir los comunistas en Brasil y en el Perú, La lucha contra el imperialismo, en solidaridad con los pueblos en lucha, contra la criminalización de la protesta, contra la corrupción, contra la destrucción del medio ambiente y por el respeto de los derechos fundamentales de nuestros pueblos, son sólo algunas de las tareas pendientes. Pero nos revitaliza saber que organizaciones como la vuestra vienen en ese camino, y día a día construyen socialismo y un futuro diferente.

Nos hermana la lucha y el internacionalismo, esperamos que sigamos encontrándonos para aprender mutuamente, en especial en el XVIII Festival Mundial de la Juventud y los Estudiantes que se realizará en las próximas semanas.

Con el legado de Luis Carlos Prestes y de nuestro Amauta, José Carlos Mariátegui, nos despedimos estando seguros del éxito de vuestro encuentro.

¡Viva la unidad de los pueblos de Brasil y Perú!

¡Vivan las juventudes comunistas!

Lima, 15 de Noviembre de 2013

Arturo Ayala Del Río, 1er Secretario.

Franco Manosalva Silva, Secretario de Relaciones Internacionales.



RESOLUÇÕES DO 7º ENCONTRO NACIONAL DA JUVENTUDE COMUNISTA AVANÇANDO

Novembro de 2013

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. Crise estrutural do capital

O capitalismo atualmente tem apresentado elementos novos, mantendo e aprofundando as suas contradições internas. As manifestações dessas contradições levam periodicamente a crises, que exigem do próprio sistema a reorganização de suas forças de produção para a abertura para novos ciclos de reprodução ampliada do capital.

As crises cíclicas são conhecidas há bastante tempo e possuem ciclos de duração aproximada de 10 anos. Mais tarde, descobriu-se que esses ciclos são partes constitutivas de ciclos maiores, as chamadas "ondas longas", cujos ciclos têm duração de aproximadamente 50 anos divididos em dois períodos: um de crescimento acelerado e outro de crescimento desacelerado. É possível situar na história quatro destas ondas longas, cada uma delas com um período de ascensão e outro de crescimento desacelerado:

(1º): 1793-1825--[1826/47];

(2º): 1848/73--[1874/93];

(3º): 1894-1913--[1914/39]; e

(4º): 1940/45-1966--[1967-...])

Estas ondas longas estão relacionadas com movimentações do capital de prazo mais longo, como as mudanças na "tecnologia de base" da produção (por exemplo, as mudanças acarretadas pelas "revoluções tecnológicas": mecanização, automação, etc.) ou as variações da abrangência geográfica da sociedade do capital (avanço do mercado mundial sobre a América do Sul com a abolição da escravatura no século XIX, ou sobre a África no século XX, por exemplo). Na verdade todas estas questões não podem ser vistas isoladamente, e nunca se pode atribuir a um único fator a passagem de uma onda longa para outra. Em geral, as medidas apresentadas como respostas à crise têm como objetivo a desaceleração da queda da taxa média de lucro, tendência inexorável do capitalismo. Para isso, é necessário expandir mercados e ampliar a exploração da força de trabalho.

Cada vez tem sido mais difícil para o capital sair deste tipo de encruzilhada. A terceira onda longa (1894-1913--[1914/39]), por exemplo, encerrou-se apenas com a combinação de condições específicas extremamente terríveis e que colocou em risco a sobrevivência da humanidade: o nazi-fascismo e a II Guerra Mundial. O que caracteriza um período de crescimento acelerado dentro de uma onda longa é que há um longo período de crescimento econômico com poucas e brandas crises cíclicas (aquelas que em média têm ciclos de 10 anos), como ocorreu entre 1945 e 1967. Já o período de crescimento desacelerado é marcado por uma intensificação e aproximação das crises cíclicas cada vez maior. Este segundo movimento pode ser observado em nossos dias. Desde a década de 1970 que o capitalismo tem visto suas crises se intensificarem cada vez mais. Alguns fatores específicos contribuíram para dar certo fôlego momentâneo ao capital, como o fim da URSS e o avanço do capital sobre a China, que representaram uma expansão do domínio geográfico do capital bastante expressivo. Mas a partir dos anos 2000, as crises cíclicas já voltaram com toda a força e o que vemos agora é um movimento que se aproxima de um *continuum depressivo*, ou seja, uma crise constante (que não deixa de ser um conjunto de crises cíclicas, tão próximas umas das outras que mais parecem uma só crise prolongada). Isso



ocorre, pois **as crises cíclicas estão dentro da crise estrutural**, caracterizada em nosso 6º Encontro Nacional como uma crise que:

“(...) possui características específicas: trata-se de uma **crise global** (tende a afetar todos os países e ramos de produção), **universal** (afeta todas as esferas da vida social – ambiental, política, moral, econômica, etc.) e que **tende a se intensificar**, pois o período entre as crises cíclicas que se dão no interior da crise estrutural tende a diminuir, no sentido de uma depressão contínua (p. 29).”

Aquilo que a humanidade conheceu no período 1945-1967 nos países centrais como o estado de bem-estar social já está, agora, em processo avançado de desmonte. Direitos como saúde, educação, transporte e cultura, tudo é privatizado. Tudo que era minimamente duradouro torna-se cada vez mais descartável, para acelerar os ciclos de reprodução do capital (a chamada “obsolescência planejada”). O setor de serviços assume cada vez mais a lógica industrial. A inovação tecnológica é cada vez mais acelerada. A indústria armamentista (que tem a especificidade de produzir mercadorias muito caras, que são compradas com dinheiro de fundo público e, muitas vezes, nunca são utilizadas, ou são utilizadas para destruir mercadorias, abrindo espaço para novas) cresce sem parar. Todo o bônus para o capital e todo o ônus para os trabalhadores e para o povo, este é o grande mote da política econômica de nosso tempo.

A máxima dessa ordem é a obtenção de lucros e para isso qualquer meio é utilizado como justificativa. Peguemos como exemplo as guerras construídas e consolidadas pelos Estados Unidos da América há décadas, em que invadem, saqueiam, assassinam populações de outros países inventando alibis para justificar o massacre e a obtenção de riquezas naturais. O sistema do capital é orientado pela expansão e dirigido pela acumulação, como um fim em si mesmo, mesmo que o próprio planeta esteja em xeque, mesmo que a própria humanidade esteja morrendo à míngua. Frente à contradição fundante entre trabalho e capital, o primeiro é sempre subjugado e o antagonismo dessa relação atinge o âmago do sistema. É impossível para o sistema do capital se desenvolver de forma justa e igualitária. Ao afirmar que estamos fadados à barbárie dentro dessa ordem social, também afirmamos que é completamente possível a transformação social, e que, justamente por que o sistema do capital é essencialmente irracional e destrutivo, tendo como princípios a acumulação e a sua auto expansão, a humanidade não vai se deixar matar de fome. Marx advertia que a ordem social capitalista criou a classe que forjaria seu fim.

É por tudo isso que dizemos que **o atual período é o da crise estrutural do capital**: estamos mergulhando no período mais crítico para a sobrevivência da humanidade que já ocorreu em toda a história. Vivemos no momento histórico em que as necessidades do sistema do capital chocam-se frontalmente com as necessidades das classes trabalhadoras e do povo. Momento em que a saída para a crise apresentada pelo sistema é a miséria para a grande massa da população. É a falta de emprego, é a falta de direitos básicos como saúde, educação, moradia. Alia-se a isso outro aspecto também fundamental deste momento histórico e da fase imperialista de desenvolvimento do capitalismo: o controle de muitas regiões do planeta lideradas pela potência imperialista estadunidense (no início de 2011, havia 1.429.367 efetivos americanos espalhados em 150 países do mundo). Assistimos constantemente a intervenção militar dos EUA nos países para fomentar ou constituir guerras.

2. A crise e o imperialismo

Compreendemos o imperialismo como fase específica e superior do modo de produção capitalista em seu estágio monopolista. Lênin caracterizava os **cinco traços**



fundamentais do imperialismo moderno como: o desenvolvimento dos monopólios, o surgimento do capital financeiro como fusão do capital bancário com o capital industrial, a partilha do globo entre as grandes corporações, a formação de associações internacionais de monopólios, e a exportação de capitais (diferente da exportação de mercadorias do período colonial). Assim, não se trata de um modo fazer política, mas de um conjunto de relações e determinações próprias do desenvolvimento do capitalismo e que possuem ampla base material.

Esse é o fundamento do desenvolvimento da crise e das contradições entre as potências imperialistas. Atualmente, tem se trazido a tona debates sobre rearranjos na estrutura do imperialismo. A atualização da pesquisa científica marxista sobre o imperialismo atual ainda está em curso e precisamos participar e aprender com ela. Formulações originais podem surgir desse processo, mas temos que ter cuidado para não cair em análises rápidas que confundam conjuntura com estrutura. Apesar da diminuição da participação dos EUA no crescimento econômico mundial, ainda não temos razões para afirmar que o seu poderio esteja abalado de modo significativo. O que está colocado é a **tendência ao acirramento de conflitos interimperialistas**: o desenvolvimento dos monopólios a nível mundial não pode acabar completamente com a concorrência, com os conflitos existentes na manutenção dos estados nacionais.

A agressividade do imperialismo também foi intensificada nos últimos anos, capitaneada pelos EUA e em muitos casos com o apoio de diversos países da União Europeia-UE, que é uma união imperialista. Muitas dessas ações que mantêm a atualidade foram repudiadas em nosso 6º ENJCA:

“Pela desativação das bases e tropas militares imperialistas instaladas em todo o mundo, como os comandos militares estadunidenses que operam em cinco regiões do planeta, e o recentemente instalado AFRICOM na África.

Pelo fim das guerras, intervenções e ingerências imperialistas no Oriente Médio, como no Iraque, Afeganistão, Paquistão, Líbia, Síria, Irã, entre outras.

Pelo fim da política terrorista do Estado de Israel contra o povo palestino, a ocupação dos territórios, a intenção sionista de criar um “Estado racial judeu” e a escandalosa construção do Muro que separa os palestinos do Jordão.

(...)

Contra a criminalização praticada pelos países imperialistas e/ou subservientes ao imperialismo dos migrantes, como a praticada pela União Europeia, com a denominada “Diretiva de Retorno”, e pelos Estados Unidos, com a construção do “Muro da Vergonha” construído na fronteira com o México. (...)

4 – (conjuntura da América Latina): A intensificação da agressividade do imperialismo na América Latina, dada pela hegemonia mundial dos Estados Unidos, é uma renovada tentativa de impor novas formas de “contrarrevolução preventiva” por todos os meios – que incluem os mais extremados meios militares e autocráticos – e ocorre em função do crescimento da resistência popular, na qual se conjugam as lutas dos movimentos sociais e dos trabalhadores com processos revolucionários democrático-radicais e populares. Diante desta conjuntura:

(...) Repúdio ao criminoso bloqueio econômico e a política de desestabilização e agressão praticada durante meio século pelo Império contra Cuba. Solidariedade aos Cinco Heróis Cubanos. Repúdio à manutenção da Base de Guantánamo (...).

(...)

Exigimos a retirada das tropas do MINUSTAH invasoras do Haiti, sob o vergonhoso comando das tropas brasileiras. (...)

Pelo fim da IV Frota, das operações do Comando Sul e da manutenção das tropas, bases e manobras militares ianques em países da nossa América Latina, que são uma ameaça permanente aos nossos povos.

Pelo fim dos acordos dos EUA e Colômbia, que formam uma unidade militar contra os povos em luta da América Latina. (...)

(...)



Somamo-nos à luta pela anulação de todos os tratados que violam a soberania militar, territorial e econômica das nações da Nossa América; em particular do “Plano Colômbia – Iniciativa Andina”, do “Plano Panamá” e do “Plano Patriota”.
(...)” (p. 29 – 32)

No entanto, de 2011 para cá novas manobras das forças imperialistas buscaram absorver processos de origem popular para serem usados para combater governos que não são “confiáveis”. Foi assim na Líbia em 2011 e é o que acontece na Síria em 2013.

A invasão da Síria só interessa ao imperialismo. Defendemos o direito do povo Sírio a autodeterminação e soberania. Nesse momento o país está sendo agredido pelas articulações dos EUA com seus aliados externos e mercenários do “Exército de Libertação Sírio”. Somos contra qualquer forma de intervenção militar imperialista seja através de invasão ou do financiamento de grupos mercenários que atuam no interior do país. Denunciamos o caráter reacionário das propostas de “aliança com o imperialismo” para derrubada de Bashar Al Assad.

3. As Respostas dos Trabalhadores e da Juventude

Nos últimos anos a crise apresentou momentos de pico e as contradições do capitalismo se acentuaram, causando revoltas e lutas espontâneas ao redor do mundo. O espaço para o debate político e o interesse pela teoria revolucionária têm crescido. Na Europa, o povo tem retomado as ruas com grandes manifestações e greves; organizações que combatem o oportunismo e a capitulação, como o KKE e o PCPE, têm crescido e fortalecido o campo revolucionário no mundo através da defesa do marxismo-leninismo, buscando contribuir para espaços de articulação entre partidos comunistas e operários mais consequentes e combativos.

A América Latina também tem sido uma importante referência para a luta dos trabalhadores e dos povos oprimidos. O imperialismo estadunidense opera permanentemente articulado às classes dominantes locais, adotando as mais variadas formas de atuação: em Honduras foi um golpe com presença militar, no Paraguai um golpe articulado através do parlamento. Na Venezuela, na Bolívia e no Equador existe um trabalho permanente de oposição das burguesias nativas com o apoio do imperialismo, em constantes tentativas de desestabilização política, que busca capitanear inclusive as massas populares.

Entendemos a experiência venezuelana como um processo de décadas de lutas populares que foram canalizados para vitórias eleitorais. Tal processo tem propiciado importantes avanços *dentro da ordem* a favor dos explorados e oprimidos. Através dessas vitórias, ampliou-se o espaço para o debate e a organização do povo e da classe trabalhadora no enfrentamento ao imperialismo e ao capital, o que permitiu uma clara elevação das condições de vida do povo através de reformas democráticas. Acreditamos, no entanto, que não seja possível avançar ao socialismo através simplesmente do acúmulo de reformas e que é necessário que as organizações e entidades da classe trabalhadora sejam fortalecidas, aprofundando sua autonomia frente ao Estado e gestando formas de poder que se contraponham ao domínio – ainda forte – da burguesia. No entanto, defendemos o processo venezuelano por entender que, mesmo com suas contradições próprias, ele tem sido espaço privilegiado para que as forças revolucionárias disputem as massas e se articulem num bloco de forças onde a classe trabalhadora possa assumir a direção do processo revolucionário e avançar ao socialismo.

Nesse sentido, nos solidarizamos com o povo venezuelano e com o governo de Nicolas Maduro no combate aos ataques da direita vinculada à CIA, como aconteceu no momento das últimas eleições presidenciais e acontece agora com o boicote de abastecimento de



produtos básicos para o povo venezuelano. Somos solidários e apoiamos os esforços do PCV e da JCV como força política que compõe a vanguarda do processo e tem feito apontamentos fundamentais não só para impedir retrocessos como para avançar no sentido da emancipação política da classe trabalhadora.

A Colômbia também é um país que merece destaque na análise da situação da América Latina. Percebemos a luta pela Paz com justiça social na Colômbia como fundamental para a paz em nosso continente. Nesse sentido, somos profundamente solidários à Marcha Patriótica, como organização política e social que tem conseguido aglutinar os mais profundos anseios de mudanças no país assolado por uma guerra civil de mais de 5 décadas. Nessa conjuntura, as mais diversas formas de luta adotadas pelo povo colombiano são legítimas e tem como fundamento a existência de problemas sociais e políticos profundos.

A abertura de diálogos de Paz com as FARC-EP são importantes nesse sentido. No entanto, condenamos o Estado colombiano e o presidente Juan Manuel Santos por tentar usar os diálogos de paz como instrumento manipulatório e eleitoreiro, por recusar um cessar fogo bilateral, por não permitir que os movimentos sociais participem da mesa de negociação de paz, por recusar debater mudanças profundas, por perseguir, reprimir e assassinar o povo colombiano que luta pela paz com justiça social mesmo durante a realização das mesas de negociação em Havana.

No sentido de abertura dos espaços democráticos para expressões políticas do povo colombiano, saudamos a retomada da União Patriótica (UP) como alternativa eleitoral para as forças populares da Colômbia.

Sabemos que há uma série de lutas heroicas que ocorrem por todo o continente, e vale citar também as experiências democráticas de luta dos povos da Bolívia e Equador. Por isso, devemos contar com a análise das forças revolucionárias para compreensão da realidade de seus países. Nossa Secretaria de Política Internacional buscará manter contato com organizações políticas, preferencialmente juventudes de organizações comunistas, para atualizar constantemente nossas análises.

CONJUNTURA NACIONAL

1. Reciclagem do capitalismo dependente

O Brasil está articulado ao imperialismo. No desenvolvimento desigual do capitalismo a nível mundial, o Brasil assume posição marcada: passa por diversas formas de dependência, articulada à modernização conservadora e à emergência do capital monopolista. **O capitalismo e a dominação burguesa dependente do imperialismo leva em consideração a “subordinação” e a “associação”** como elementos dinâmicos, ou seja, forja uma burguesia com vitalidade suficiente para *internalizar* a dominação imperialista e o capital financeiro a partir da própria estrutura dependente.

Isso fica demonstrado no fato de que **o capital internacional segue tendo grande peso na economia e junto ao capital nacional proporciona uma apropriação dual do excedente**, mesmo nas empresas estatais. Na Petrobrás, houve uma redução da participação da União Federal de 84% para aproximadamente 50% de 1994 até 2012. No Banco do Brasil, cerca de 30,2% das ações são negociadas no mercado de ações, e 10,4% são dominadas por fundos de pensão. Por outro lado, a União Federal ainda detém 58,3% (dados de 2013). No caso dos grupos econômicos privados, o controle estrangeiro é mais evidente. Na Vale do Rio Doce, segundo dados de 2006, o capital estrangeiro possuía 60,8% do controle acionário sobre as ações preferenciais, ou seja, as que recebem o



benefício dos lucros. No entanto, em se tratando das ações ordinárias (com direito a voto), o capital estrangeiro detinha 28,3% e a Valepar (conglomerado formado principalmente por capital oriundo do Bradesco, Litel/fundos de pensão – o maior acionista, Mitsui – transnacional estadunidense, BNDES) detém 52,3%. No entanto, o peso relativo do capital estrangeiro é muito forte, mesmo não tendo o controle das ações ordinárias, já que o comportamento do mercado externo – somado aos elementos de coerção da diplomacia mundial – é essencial para as decisões da empresa que já possui sede em 31 países. Já nos principais bancos privados brasileiros tem sido autorizada pelo governo a crescente participação do capital estrangeiro. Em 2012, o governo autorizou o Bradesco a ceder 30% de suas ações. Em 2013, foi a vez de autorizar o Itaú a ceder a mesma quantia. No setor do comércio varejista, as quatro principais redes de hipermercados e supermercados que atuam no Brasil (Pão de Açúcar – capital misto, Carrefour, Walmart e Cencoud), como hegemonia do capital estrangeiro, detinha 50% do mercado em 2011. No caso das vinte maiores empresas do setor imobiliário e de construção, desde que abriram seu capital na Bolsa de Valores, em 2006, 75% das ações foram compradas por investidores estrangeiros, segundo estudo do Núcleo de Real Estate da Poli-USP.

Se analisarmos os setores que mais cresceram entre 2002 e 2011, temos a liderança dos grupos econômicos vinculados às *commodities* minerais e agrícolas. Em seguida, vemos as grandes construtoras e os conglomerados bancários. Somente por último, vemos a indústria de transformação, com empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Embraer.

A explicação para isso reside no fato de **o capital migrar para áreas mais rentáveis, compatíveis com o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho**. Assim sendo, não a toa foi buscado o setor primário (*commodities* minerais e agrícolas), com um crescimento vertiginoso das exportações de petróleo bruto, minério de ferro e o complexo de soja. A participação delas nas exportações cresceu de 28,4% para 47,1% entre 2006 e 2011 (fonte: Secex).

Isso está ligado ao fortalecimento do latifúndio, em sua versão modernizada: o agronegócio, vinculado ao capital financeiro. Até Agosto de 2013, não havia sido feita ainda sequer uma desapropriação de terra no Governo Dilma. Desde o Governo Collor (1991/1992) não se via tão pouca desapropriação de terras. O Governo Dilma também destinou para a agricultura familiar 21 bilhões através do Plano Safra 2013/2014, enquanto para o agronegócio foram destinados 136 bilhões (dados do Incra). 85% das terras agricultáveis do país são destinadas ao cultivo da soja. Segundo a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), de 1990 para 2011, as áreas plantadas com arroz, feijão, mandioca e trigo declinaram, respectivamente, 31%, 26%, 11% e 35%. No entanto, a agricultura familiar segue sendo responsável pela produção de 70% dos alimentos que chegam diariamente à mesa dos brasileiros, mesmo ocupando somente 15% das terras agricultáveis.

Brasil urge de uma ampla política de segurança alimentar e nutricional enquanto política de Estado, pois, esta foi rebaixada pelo governo Lula à restrita política de Bolsa Família (focada especificamente para pessoas em extrema pobreza), que deveria ser emergencial e passageira. Por isto, nós jovens comunistas defendemos uma radical transformação, não apenas na forma de acesso, mas principalmente na esfera de produção dos alimentos, combatendo os latifúndios, monopólios e o imperialismo, que são os grandes entraves para a Soberania Alimentar. Ainda devem fazer parte de nossas pautas a defesa da agricultura familiar, o processo de redução da utilização de agrotóxicos e da dependência tecnológica, o que perpassa pela consolidação de outro modelo agrícola, tendo a agroecologia como horizonte.

É importante ressaltar que o atual modelo de produção tem elevado constantemente o preço dos alimentos e subordinado às oscilações e à anarquia do mercado. Esse quadro



nacional tem agravado a insegurança alimentar (60% dos famintos da América Latina são brasileiros – FAO 2012), onde cada vez mais a classe trabalhadora submete uma parcela maior de sua renda para a necessidade mais básica de sobrevivência, a alimentação.

A não realização da reforma agrária está também articulada ao processo caótico de urbanização das metrópoles brasileiras. A expulsão da população rural e o crescimento das operações especulativas nas terras urbanas das grandes cidades leva o conflito urbano em torno da luta pelo direito à cidade a patamares muito explosivos. Sendo assim, a luta pela reforma agrária deve estar profundamente vinculada à luta pela reforma urbana, pois se trata de duas faces de um mesmo processo de gritante concentração da propriedade fundiária de terras rurais e urbanas.

Por outro lado, o setor da construção também exerce papel fundamental, por se tratar de um campo da produção com baixa composição orgânica do capital (muita força de trabalho em relação ao maquinário empregado, a Odebrecht é um exemplo, que foi a empresa com mais empregos em 2012) e baixos salários, o que garante a exploração de uma grande massa de mais-valia, capaz de proporcionar superlucros aos capitais ali investidos, bem como remunerar capitais de outras áreas da produção. Os dados do IBGE demonstram que de 2009 à 2011 enquanto a produção da indústria em geral cresceu 8,9%, a produção das empresas de construção cresceu 45%.

Além disso, o crescimento do PIB brasileiro nos últimos anos foi bastante modesto se comparado com outros países. Entre 2003-2011 a média de crescimento da economia brasileira foi de 3,6% ao ano, pouco acima da economia latino-americana. Em 2009, o PIB brasileiro regrediu 0,3%. Após um rápido crescimento da economia de 7,5% em 2010 – alimentado pelas primeiras medidas “anticrise” em nível mundial, além da primeira onda de políticas de austeridade visando o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora – em 2011, o crescimento da economia brasileira foi de 2,4%, ficando na lanterna de crescimento latino americano. Seguindo a tendência, em 2012 o crescimento do PIB foi de apenas 1%.

O que é importante destacar é que o modesto crescimento da economia brasileira foi puxado pela de crescente **primarização** e por setores de **baixo desenvolvimento das forças produtivas** (baixa composição orgânica de capitais). O que houve, na verdade, foi a **reciclagem da dependência** em nova onda de modernização conservadora, **embora combinada com certa exportação de capitais**, o qual não tem necessariamente como seu núcleo decisório mais dinâmico os capitais nacionais, cumprindo o Brasil a função subalterna e associada que lhe cabe no capitalismo mundial. O capitalismo dependente é o único tipo de capitalismo possível no Brasil, e isso nunca significou ausência de desenvolvimento ou estagnação dos capitais.

2. Respostas do Estado brasileiro à crise do capital

Seguindo a tendência mundial, **as respostas do Estado brasileiro à crise do capital** após a recessão de 2008 foram as tradicionais, marcadas por um lado, pela entrega de recursos naturais, privatizações e altos gastos públicos no setor privado, e por outro, pela retirada de direitos e aumento da exploração do trabalho.

- 1) A canalização gigantesca de recursos públicos para o setor privado é o mote: em 2012 foram pelo menos 100 bilhões de reais entregues aos grandes monopólios (sem contar as obras de infraestrutura e outros benefícios indiretos ao capital). A hegemonia do capital financeiro aparece também no crescente incremento dado ao pagamento da dívida pública. Em 2012 foram 753 bilhões, comparado com os 708 bilhões de 2011. O governo também não tem sido capaz de manter a taxa de juros em baixa, que embora tenha caído de 10,67% (01/2011) para 7,11% (01/13) – após elevado pico de 12,42% em (08/2011) – vem sofrendo sucessivos aumentos desde o



início de 2013, chegando em Agosto à 7,9%, com novas previsões de incremento. A alta da taxa de juros representa o favorecimento do capital financeiro internacional e do capitalismo de cassino, já que desestimula a migração de capitais para o setor produtivo, desacelera os investimentos (que se tornam pouco rentáveis), contribuindo para a queda da produção industrial nacional e o crescimento da especulação.

O Governo Dilma foi ainda organizador da 11ª Rodada de Licitações de Blocos para a Exploração de Petróleo e Gás Natural em 14 e 15 de Maio de 2013, num leilão de 289 blocos – um número inédito – baseada na lei nº 9478/1997, do tempo de FHC. Calcula-se que o prejuízo decorrente dessa rodada será de cerca de 675 bilhões de dólares em 30 anos, muito superior ao roubo decorrente da venda fraudulenta da Vale do Rio Doce. Os hidrocarbonetos tem grande peso na economia mundial, o controle desses recursos é tão importante que tem levado os países imperialistas a uma política crescente de guerras e intervenções militares. Com a descoberta do pré-sal o Brasil ficou numa situação potencialmente privilegiada, com grandes reservas já descobertas e indícios de que sejam ainda mais vastas, além de tecnologia de ponta e alta capacidade de exploração através da Petrobrás. Os recentes leilões do petróleo entregam ao grande capital internacional uma parte estratégica de nossos recursos naturais.

Ainda na área de energia, o Governo Federal autorizou nesse ano, através de duas portarias do Ministério de Minas e Energia (117 e 123), leilões de usinas hidrelétricas em diversos estados do país. Muitas destas usinas têm seus contratos encerrados entre 2013 e 2015, o que abre espaço para sucessivas rodadas de privatização do setor energético.

Da mesma maneira, formas de “concessão” – eufemismo para a velha privatização – têm sido aplicadas nas mais diversas áreas, com destaque para infraestrutura, transporte e obras destinadas aos chamados megaeventos. Grandes pacotes de “investimento” também fazem parte do beneficiamento dado aos grandes setores monopolistas, como o Programa “Minha Casa Minha Vida”, que quando lançado em Abril de 2009 previa o volume de subsídios no valor de R\$ 34 bilhões, para atender a população com renda familiar de zero a 10 salários mínimos. Destes, 97% - mobilizados com recursos da União e do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) - seriam destinados à oferta e produção direta por construtoras privadas, e apenas 3% a entidades sem fins lucrativos, cooperativas e movimentos sociais. No decorrer da implementação, a grande maioria dos projetos de moradia de interesse social se focaram na faixa de 3 à 10 salários, sendo que o 80% déficit habitacional brasileiro se encontra na faixa inferior, de 0 à 3 salários mínimos. Um claro favorecimento às empreiteiras.

Também velhas formas de sangria nacional seguem ocorrendo, mesmo com a desnacionalização mais crua de empresas com capital nacional. Desde 2004, o total foi de 1.296 empresas nacionais que passaram ao controle estrangeiro, sendo que os maiores números foram nos dois primeiros anos do governo Dilma.

Outra forma muito usada de beneficiamento dos monopólios tem sido a desoneração da folha de pagamento, que nas últimas medidas retirou 20% do pagamento da contribuição das empresas para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Uma medida provisória desonerou em Fevereiro deste ano mais de 40 setores e outra ampliou a desoneração para mais setores em Julho, como construção e transporte.

- 2) Por outro lado, a retirada dos parques direitos e o recrudescimento da superexploração.



No caso da previdência, em 2013 segue a discussão da “nova reforma da previdência”, como já discutido no *Voz Operária* (ano 15, n 19, p. 02 – 04). Segundo ela, se pretende: a) elevar a aposentadoria por idade de 60 para 65 anos entre as mulheres (igualando à idade estipulada aos homens); b) elevar a aposentadoria por tempo de contribuição de 30 para 35 anos no caso das mulheres (também igualando aos homens), colocando 60 anos como idade mínima, quando antes não existia; c) impõe restrições a pensões em caso de morte de parceiro, quando atualmente não há; d) fim da vinculação do BPC (Benefício Prestação Continuada) ao salário mínimo com valor inferior ao piso previdenciário e atualização pela inflação passada. Elevação do recebimento do benefício de 65 para 70 anos; e) fim da vinculação do piso de previdência social ao salário mínimo e atualização pela inflação passada; f) fim do diferencial de idade e tempo de contribuição para aposentadoria entre mulheres, professores em sala de aula e trabalhadores rurais; g) instituição de previdência complementar para o serviço público.

Paralelo à retirada de direitos previdenciários pretende-se ainda abrir novas fraturas nas formas de organização dos trabalhadores, uma nova edição da contrarreforma trabalhista. A flexibilização da legislação proposta tanto pelos sindicatos cutistas, quanto pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o chamado “Acordo Coletivo Especial”, pretende a substituição de uma legislação universal, garantidora de direitos, por uma “legislação” focalizada, ou, o que é pior, por acordos individuais ou coletivos por empresa. Assim, estimula-se o fracionamento da classe trabalhadora. Somado a isso, temos a *Lei de Greve* que pretende limitar o direito de greve dos servidores públicos, além da tramitação do PL 4330/2004, projeto que pretende ampliar a terceirização do trabalho. Ele tem como mote permitir a terceirização inclusive para atividades fim das empresas públicas e privadas.

No campo da saúde, a atuação das famigeradas Organizações Sociais (OSs), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e a recente Empresa Brasileira de Serviço Hospitalares (EBSERH) também caminham no sentido da retirada de direitos através do enfraquecimento do serviço público e da privatização dos serviços de saúde. Do mesmo modo, a educação passa por uma série de dificuldades e crescente privatização.

Outro elemento de crescente impacto sobre os trabalhadores e o povo pobre são as crescentes operações especulativas do capital financeiro sobre terras urbanas nas grandes cidades, que têm levado à crescente criminalização da pobreza com incremento no aparato policial repressivo, através da Lei da Copa e do acionamento de aparatos da ditadura civil-militar. Essa realidade foi acelerada com as obras preparatórias para os grandes eventos esportivos dos próximos anos (Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas de 2016). A expulsão de famílias pobres de áreas valorizadas corresponde à necessidade do capital adequar equipamentos urbanos às atividades compatíveis com a renda que a terra proporciona, levando a gentrificação (valorização de áreas urbanas e limpeza social) a níveis extremos.

Assim, a **injeção de vastos recursos públicos no setor privado, combinado a retiradas de direitos foi o receituário adotado até o momento**. Esse processo garantiu que a acumulação capitalista e a valorização de capitais não fossem interrompidas tão bruscamente em nosso país. Entretanto, está em curso um vasto processo de concentração e centralização de riquezas e a manutenção de elevados créditos, ampliando o endividamento público e privado. Assim, **a tendência é o Brasil cair em um profundo mal estar econômico nos próximos anos**. A acumulação de capital, embora crie condições para superlucros temporários de curto prazo devido ao crescimento dos monopólios, leva em médio prazo à queda da taxa de lucro, já que o capital em geral será forçado a equalizar



novamente a taxa média. O resultado será a desvalorização de capitais, crescimento do desemprego, o que aumentará o subconsumo das massas e a superprodução de mercadorias.

3. Jornadas de Junho

Esse conjunto de políticas pró-capital está na raiz das chamadas “Jornadas de Junho”. Essas são as causas essenciais dos protestos sociais que marcaram o país no mês de Junho. Elas não residem em elementos isolados da conjuntura, mas na manutenção estrutural e no reforço da dominação do bloco imperialista-monopolista-latifundiário que tem aumentado a exploração e a opressão dos trabalhadores e do povo pobre. Já afirmávamos nas resoluções do 6º ENJCA em 2011, no primeiro ano do Governo Dilma Roussef, que ele representaria:

“a continuidade das políticas do bloco hegemônico dominante, que busca assegurar a reprodução ampliada do capital e a manutenção do *status quo* dentro de uma ordem burguesa autocrática pró-imperialista. Suas medidas vão das privatizações aos cortes no orçamento, da negação de direitos ao privilegiamento do pagamento da dívida pública interna e externa, da criminalização das greves e dos movimentos sociais ao beneficiamento dos empresários e latifundiários. São políticas que visam responder aos interesses monopólicos e imperialistas contra o conjunto da classe trabalhadora, e que servem para demonstrar o caráter do atual governo nacional, que se coloca contra os interesses dos de baixo para tentar salvar o grande capital dentro da sua crise estrutural.” (p. 33 e 34)

O elemento detonador fundamental nas manifestações de Junho foi o aumento de passagens e o caos urbano criado pela crise da mobilidade urbana somado à forte repressão policial sobre os primeiros protestos. Mas a luta ampliou, e um conjunto de insatisfações e aspirações democráticas entrou nas reivindicações. O descaso com os serviços públicos (com destaque para a educação), os gastos da Copa, os escândalos de corrupção, os conflitos em torno dos espaços da cidade, estão entre algumas das questões que mobilizaram milhões de pessoas que foram para as ruas. Essas manifestações foram marcadas pelo espontaneísmo, tanto na forma pouco organizada, quanto na pauta de lutas.

Durante o movimento, houve intervenção muito clara da classe dominante para disputar os rumos das manifestações, principalmente através da mídia, que mudou de posição rapidamente ao perceber que as manifestações estavam em processo ascendente, tirando o foco da crítica global ao sistema político e econômico, e aproveitando para tentar fortalecer as oposições eleitorais de extrema-direita da burguesia ao governo federal.

As manifestações questionaram todas as formas de institucionalidade, generalizando-se a todos os políticos, partidos e até mesmo sindicatos e movimentos organizados. É importante que a esquerda compreenda esse sentimento do povo. A rejeição aos setores organizados não representa uma vitória da campanha midiática “antipolítica”. Apesar dos provocadores de grupos fascistas, não estávamos diante de um golpe iminente, como quiseram apontar defensores do governo. As manifestações foram sinal do desgaste da política tradicional e do baixo nível de inserção da esquerda entre as massas, tanto das organizações partidárias, quanto das entidades de massa. O sentimento de aversão às entidades e organizações, reforça a necessidade de crítica e superação de práticas aparelhistas, sectárias, a importância de uma luta contundente contra a estrutura sindical e a necessidade de reconstrução revolucionária do movimento estudantil, sindical e popular a partir das bases da sociedade.

Diante dessas manifestações Dilma assumiu a defesa do Estado burguês, oferecendo um pacto para a “união nacional”, buscando resolver a situação através de conchavos com



os poderosos, desmarcando o caráter do governo dito “popular” por alguns, pois se de fato o fosse convocaria o povo a governar apontando seus reais inimigos. O PT sai desse processo enfraquecido, assim como os partidos e os políticos de governos como de São Paulo e Rio de Janeiro. A manutenção da “governabilidade” do governo federal dependerá das crescentes concessões ao grande capital, distanciando-se cada vez mais do povo e da classe trabalhadora.

As Jornadas de Junho sinalizam então a **abertura de um novo momento** na conjuntura, em que se acelerarão os ensaios que permitirão gestar um novo instrumento político capaz de ser portador das aspirações democráticas e revolucionárias da ampla massa dos explorados e oprimidos em nossa terra. A clareza de que este processo está **apenas começando** é fundamental para não alimentarmos ilusões em relação ao futuro que se segue. Precisaremos de cautela e paciência combinado com o ritmo adequado.

O esforço da JCA em conjunto com o PCLCP será o de dar organicidade para as demandas apresentadas, e esse será o elemento que dará o caldo para que novas lutas no futuro tenham êxito. A avaliação é que a Copa de 2014 possa trazer mais uma grande onda de manifestações pelo país, e dessa vez a esquerda deverá buscar tomar a frente nos protestos. O ano eleitoral também cria uma série de dificuldades para que essas novas lutas não sejam oportunisticamente canalizadas pela direita. O principal desafio está na construção de uma **unidade programática dos trabalhadores e do povo**, bem como uma prática política que permita diluir os sectarismos e a excessiva preocupação com a autoconstrução das organizações que nos últimos anos ocorreu em detrimento da construção do bloco de forças sociais e revolucionárias, único capaz de enfrentar o bloco de poder formado pelo imperialismo, monopólio e latifúndio.

4. Estratégia socialista

A estratégia socialista é a única viável. Não há terceira via. O capitalismo em crise estrutural levará à piora dos níveis de vida do povo. Mas são necessárias mediações para a vitória dessa estratégia na realidade brasileira. A simples identificação do socialismo não é o suficiente para se assumir a vanguarda do movimento. A vanguarda se conquista com inserção no movimento, compreendendo a dinâmica e os anseios das massas, guiando as experiências de lutas concretas, fazendo avançar a consciência e a organização.

Para o êxito da estratégia é preciso construir o bloco das forças sociais proletárias e populares, capaz de tomar o poder e abrir caminho ao socialismo. O capitalismo no Brasil é dependente e a consolidação do poder burguês no Brasil ocorreu sem revolução democrática, que a burguesia nacional não está interessada e nem pode realizar. Isso ocorre, pois **o capitalismo dependente é o único capitalismo possível no Brasil**, o que não significa “ausência de desenvolvimento”. No entanto, é necessário lutar por reformas: o importante é que, apesar de se iniciarem em lutas *dentro* da ordem, elas só podem se completar tendo desdobramentos *contra* e *para além* da ordem capitalista. Não há gradualismo: a revolução democrática, nacional, anti-imperialista, está integrada à luta socialista, ou seja, não é uma etapa prévia, mas um *momento interno* da revolução socialista.

É necessário isolar o bloco de poder dominante, com uma definição correta do inimigo e conquistar a hegemonia proletária no bloco popular. Saber que o inimigo é o capitalismo é uma conclusão ainda parcial e limitada. É preciso **identificar os pilares que sustentam as formas mais desenvolvidas desse poder**, especificamente no Brasil: **o imperialismo, os monopólios e o latifúndio**. Eles são a **expressão mais desenvolvida e mais concreta do capitalismo** na formação social brasileira. Isolando e combatendo o bloco dominante, formando o bloco de caráter proletário e popular – com a unidade do movimento comunista



em seu interior – estaremos traçando o caminho da revolução socialista brasileira, abrindo caminho para a transição rumo à sociedade sem classes.

FRENTES DE ATUAÇÃO

PELO DIREITO À CIDADE

Em 2011, afirmamos:

“Defendemos a realização da Reforma Agrária e da Reforma Urbana como meios fundamentais para a efetivação do direito à cidade. Um direito de caráter amplo que abrange a materialização de todas as necessidades urbanas. Sua busca deve servir como o fundamento condutor das lutas populares pela democratização das cidades que caminhe para a necessária superação da contradição entre campo e cidade.” (p. 35)

No 7º ENJCA fizemos um balanço mais preciso sobre a trajetória dessa luta. Nos últimos anos vimos avanços em leis de controle do uso do solo, como a criação do Estatuto da Cidade, que prevê diversos mecanismos de democratização da cidade, prefeituras com novas práticas urbanas e participação social, com a chamada Plataforma da Reforma Urbana. No entanto, não só o Estatuto da Cidade permanece sem a efetiva implementação como, no caminho oposto, houve programas desenvolvimentistas do governo federal como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC ou Minha Casa Minha Vida – MCMV que estimularam um crescimento imobiliário desenfreado, contribuindo para a especulação e a crescente segregação urbana. A grande maioria do povo segue sendo lançado para as periferias das grandes cidades, sem urbanidade e distantes dos centros e locais de trabalho dos moradores, o que piora a mobilidade urbana, gerando longos e demorados trajetos de viagem dos trabalhadores até o local de trabalho, estudo e consumo.

Quando tratamos da questão do transporte coletivo urbano apresentamos como análise:

“O Capital, principalmente em sua fase superior - imperialista e monopolista - precisa manter a aprofundar um sistema de transportes cuja lógica está determinada - ainda mais nos países dependentes - pela hegemonia do automóvel individual. Este sistema restringe fortemente o acesso ao transporte e à cidade, pois subordina toda a infraestrutura à lógica rodoviarista. Essa lógica se aprofunda cada vez mais e suas conseqüências são sentidas por todo o povo, uma vez que este é obrigado a construir e sustentar um sistema cujo bônus fica inteiramente com a burguesia. É necessário reverter este quadro para que o transporte público possa ser pautado pelo valor de uso. Isso implica não só em dar acesso para o povo ao sistema de transporte existente, mas também em transformá-lo por inteiro de acordo com as necessidades de uma sociedade sem exploradores nem explorados.” (p. 36)

Nos últimos anos, a situação se agravou: o transporte urbano no Brasil assume uma lógica cada vez mais perversa, beneficiando as classes mais ricas e, sobretudo, a indústria automobilística de capital estrangeiro. As políticas dos governos Lula e Dilma de desoneração da carga tributária sobre a industrialização e a comercialização de automóveis particulares segue esta linha desenvolvimentista que historicamente vem mostrando ser de interesse tão somente dos grandes monopólios e, no caso dos transportes urbanos, vem se tornando um problema gravíssimo que inviabiliza a circulação das pessoas dentro das próprias cidades.

Como estratégia, apontamos em 2011 a seguinte perspectiva:



“Proposta de um projeto de controle público dos transportes: defesa da “municipalização do transporte coletivo”, ou seja, a assunção pelo poder público municipal do controle e gerenciamento dos transportes, uma vez que a Constituição prevê que: “Art. 30 – Compete aos Municípios: V – organizar e prestar, **diretamente**, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o **transporte coletivo**, que **tem caráter essencial**”. Após a municipalização, o poder público municipal deverá criar uma empresa pública de transportes, com frota de ônibus própria (adquirida através de financiamento do Governo Federal, com controle social). Para auxílio no custeamento do sistema, propomos que seja criado um imposto, pago pelas camadas mais ricas da sociedade: donos dos meios de produção e circulação do capital (indústrias, grandes supermercados, bancos, etc.). Desse modo, não será necessário mais a cobrança da tarifa, já que todo o sistema será mantido pelo poder público. (...)” (p. 35 e 36)

O 7º ENJCA avança na compreensão de que **o direito à cidade** – em última instância, o direito à vida urbana – deve servir como **estratégia na luta pelo transporte público**, pois este é uma ferramenta e meio fundamental para que se alcance aquele direito. Atualmente, a despesa mensal com transporte público gira em torno de 8% do rendimento das famílias de mais baixa renda. Esta é a fração da sociedade que mais gasta com transporte coletivo. É na perspectiva da ocupação dos espaços da cidade pela classe trabalhadora, fazendo com que a cidade perca seu caráter de valor de troca e de mercadoria, passando a ser apropriada enquanto valor de uso, que efetivaremos o direito à cidade.

Defendemos, então o **transporte público como direito social a ser assegurado pelo Estado e com controle popular**. Além disso, o 7º ENJCA reafirma a luta pela redução gradual da tarifa em todos os municípios com vista à extinção da tarifa como forma de financiamento do transporte público, o que nos aproxima da campanha pela “Tarifa Zero”.

Outro avanço do último encontro se dá na perspectiva de defesa da **criação de um Sistema Nacional de Transporte Público** – assim como existe o Sistema Único de Saúde (SUS) – com o objetivo de tornar o transporte público uma política de Estado gerida pelas três esferas do Poder Público e com controle popular efetivo.

PELA SAÚDE PÚBLICA, GRATUITA, ESTATAL E DE QUALIDADE

A ofensiva do capital sobre os direitos sociais em consequência da crise estrutural na saúde é constituída através das fundações de direito privado, OS’s, OSCIP’s, EBSERH. Todas essas formas estão calcadas na compreensão da saúde como mercadoria.

Atualmente a Frente Nacional Contra as Privatizações da Saúde tem um papel fundamental na defesa da saúde como um direito fundamental e dever do Estado, a qual luta por um SUS 100% público, estatal, gratuito e para todo o povo brasileiro.

Entendemos que os princípios do SUS (universalidade, equidade, integralidade), propostos pela Reforma Sanitária, não foram conquistados em sua plenitude e dentro dessa ordem societária se apresentam como impossíveis de serem efetivados. E os avanços conquistados estão em constante ameaça, dessa forma, devemos entender os movimentos defensivos não como um fim em si mesmo, mas como dinamizadores de uma possível luta ofensiva pela concretização do SUS 100% público.

A JCA deve se dedicar a construir os Fóruns Estaduais de Saúde (ligados a Frente) além de construir e compor a Frente Nacional Contra as Privatizações da Saúde, bem como fomentar a discussão em seus espaços de atuação.

PELA UNIVERSIDADE POPULAR



A universidade está integrada ao modo de produção e ao regime de classes. Ela é integrada à sociedade, internaliza seus dinamismos e contribui para a reprodução de muitas de suas estruturas. Por outro lado, não o faz “passivamente”: como *instituição-chave*, ao mesmo tempo em que reflete, influencia um conjunto significativo de instituições da sociedade que a comporta. Assim, contribui para a formação de uma intelectualidade orgânica de classe, os quadros destinados a ocupar os postos do Estado, os novos educadores de diversas camadas sociais através dos diferentes níveis educacionais, os quadros técnicos para ocupar postos no setor produtivo, os profissionais para a aplicação de políticas assistenciais, entre outras.

Passando por um longo processo histórico – que passou pelo escravismo-mercantil, pelo capitalismo competitivo, se consolidando no capitalismo monopolista – temos hoje a síntese em uma **universidade vinculada aos interesses do bloco de poder dominante em nosso país: o imperialismo, os monopólios e o latifúndio.**

Segundo o 6º ENJCA, essa vinculação se acelerou e modernizou nos últimos anos:

“com o marco das políticas implementadas após o “Consenso de Washington”, que direciona internamente todo o processo de mudanças institucionais e organizacionais das relações de produção e trabalho, atingindo todo o campo da produção científica e tecnológica, assim como a transmissão do conhecimento e formação ideológica, tornando-os ainda mais funcionais à necessidade de expansão do capital.” (p. 36)

Nos últimos anos, os governos Lula/Dilma não romperam com esse padrão de dominação e seguem implementando o mesmo projeto de aprofundamento da dependência do Brasil aos ditames do capital monopolista. A contrarreforma universitária, aprofundada por esses governos, faz parte do projeto global que as classes dominantes têm para o ensino superior brasileiro e incluem uma série de medidas isoladas, analisadas em outros Encontros Nacionais da JCA e em documentos do Movimento pela Universidade Popular (p. 36 e 37 das Resoluções do 6º ENJCA, bem como Cartilha do GTNUP e jornais do MUP/SC).

Uma das mais recentes foi aprovada em novembro de 2013: o governo do PT inaugurou uma nova modalidade de privatização, com a aprovação do PLC 01.2013, das Universidades Comunitárias. Este PLC regulamenta um novo modelo de universidade, pública não estatal. A universidade comunitária recebe recursos públicos, mas é gerida pela iniciativa privada, com direito a cobrança de mensalidades. Esta medida acarretará na destinação de recursos que seriam investidas na universidade pública e gratuita para estas universidades pagas, alimentando a lógica do capital. Somos contra a PLC 01.2013 e devemos, em cada estado, buscar intervir para que a expansão do ensino superior público não seja ainda mais prejudicado, articulando nacionalmente a luta para a revogação desta lei.

A combinação da ampliação da privatização do ensino superior no Brasil – por dentro das universidades públicas e na ampliação da rede das privadas (que hoje representam cerca de 73% (4,9 milhões) do total de matrículas, sendo que mais de 1/5 (mais de 1 milhão) estão sob controle de uma única empresa gigante da educação privada, formada pela recente fusão dos grupos Kroton e Anhanguera) – com o projeto de expansão e reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) – através principalmente do REUNI – criou contradições explosivas. Houve ampliação do poder de mando do grande capital no interior das estruturas dessas instituições, no entanto, a precarização do trabalho da nova camada de servidores públicos que ingressaram nos últimos anos (docentes e técnicos) – próprio da divisão entre os “centros de ensino” e os “centros de excelência” –, bem como os estudantes sujeitos ao crescente adestramento pró-mercado e cotidianamente deparados com a difícil tarefa de se manter na universidade, criou amplas camadas dessas categorias com grande insatisfação.



A política de migalhas não pode fazer do apassivamento do movimento um fenômeno duradouro. Além disso, a crise do capital que se aprofunda e a tendência ao Brasil cair num profundo mal estar econômico nos próximos anos pode acelerar a precipitação de uma crise de hegemonia no interior das universidades. Os recursos públicos que vieram com o REUNI acabaram e não há perspectivas de mudanças significativas no quadro orçamentário para a educação, como já ficou demonstrado com os cortes dos últimos anos.

Essa situação criou o caldo que propiciou a greve das federais de 2012 e demonstrou que é possível se contrapor ao projeto do capital para as universidades. A luta universitária dos docentes contagiou outras categorias e reavivou o debate sobre os rumos da universidade brasileira. A truculência governamental buscou criminalizar o movimento de greve e impedir as negociações. Mesmo assim, a greve foi a maior dos últimos 20 anos.

No entanto, apesar da greve trazer à tona novamente o debate sobre os rumos da universidade, isso não faz do movimento um movimento com rumo claro. A tarefa segue posta, especialmente no papel a ser desempenhado pelas três categorias da universidade em unidade com os demais trabalhadores e setores populares. A luta pela Universidade Popular deu passos significativos nos últimos anos e tem potencial de crescer nos próximos. A contribuição de nossa organização foi fundamental no último período, mas deve ser ainda maior se quisermos fazer deste movimento capaz de disputar a universidade brasileira de fato. Para isso, faz-se necessário um correto balanço da história, das contribuições do passado, das existentes e das organizações que confluíram para o projeto, bem como o último período marcado pela reconstrução nacional do movimento.

O desafio colocado está em apontar em cada luta parcial os objetivos últimos do movimento. Trata-se da mediação entre as tarefas imediatas das lutas com a apresentação da possibilidade da nova estrutura social. É nesse sentido que defendemos a estratégia de luta pela Universidade Popular. A estratégia é guia, no sentido que não considera cada luta independente entre si, mas articula todas ao objetivo comum, que não pode ser a simples negação do existente. A estratégia se apresenta como saída positiva, que se articula com a negação em interação recíproca, mas que não pode ser com ela confundida (denúncia e proposta se articulam, mas são distintas, e ambas são importantes). Além disso, tática e estratégia se articulam dialeticamente. A luta pela Universidade Popular pode ser estratégia na luta pela transformação da universidade brasileira, mas dentro da revolução socialista brasileira é estratégia parcial, com vínculos sempre mais complexos com patamares superiores de luta. Por isso, a Universidade Popular não é e nem pode ser um projeto pronto, pois é estratégia: ela possui princípios gerais que devem ser constantemente apresentados como horizonte para a solução positiva dos problemas candentes (direitos estudantis, pesquisa e extensão, reformas curriculares, planos de carreira, isonomia salarial), ou seja, como ponto de chegada de programas de ação viáveis e flexíveis. Estes mesmos problemas podem ser resolvidos de formas diferentes de acordo com o referencial estratégico de que universidade se tem, ou com a ausência deste (podendo ser permanentemente adequados à estrutura existente). O que determina é a concepção de universidade que se defende. Em suma, a estratégia deve ser corretamente antecipada, mas não é nunca um “passo a passo” ou uma cartilha. Sem ela, igualmente, corre-se sérios riscos de se cometer erros graves, que podem significar anos ou até décadas de história.

Quando falamos em Universidade Popular, temos claro o significado da categoria “povo”. Entendemos que **povo exclui a burguesia**, e engloba os setores anti-imperialistas, antimonopolistas e antilatifundiários. Em 2011 afirmamos que:

“A Universidade Crítica, Criadora e Popular como estratégia para a universidade, exige a vinculação da disputa da universidade brasileira, desde o povo e para o povo, com a construção do Bloco Histórico de forças proletárias e populares anti-imperialista, anti-monopolista e anti-latifundiário, capaz de guiar a experiência das massas nas lutas



sociais dentro da ordem à tomada do poder político, abrindo caminho para o socialismo.” (p. 37)

Isso ocorre, pois, no Brasil as alternativas populares (as reformas democráticas) são tarefas da classe trabalhadora e seus aliados no interior da luta pelo socialismo: o que Gramsci classificava de “classes subalternas” e Florestan como os “de baixo”, nada mais é do que o conjunto dos setores explorados e oprimidos pelo bloco de poder dominante. Nesse sentido, a luta pela universidade popular é estratégia parcial no interior da estratégia global da revolução brasileira. Assim, é uma luta que se inicia “dentro da ordem” e contribui na constituição de um novo Bloco Histórico (o *sujeito-povo*) e que possui desdobramentos “contra a ordem” capitalista, ou seja, aponta para a necessidade de tomada revolucionária do poder. É uma estratégia para a universidade que leva em consideração a necessidade de construção da hegemonia proletária entre os setores populares.

Construção do Movimento Nacional pela Universidade Popular

Como estratégia, entendemos que a luta pela Universidade Popular não pode estar separada da construção de um Movimento Nacional que tenha essa meta. Por isso, a construção de um movimento capaz de ligar um conjunto de táticas e bandeiras de lutas parciais com um fim conscientemente perseguido é fundamental. Assim, a estratégia ganha concretude e é *guia* para as ações presentes. Ao mesmo tempo, apresenta como finalidade decidida um *projeto global para contrapor o projeto do capital para a universidade, que também é um projeto global*. Assim, **a estratégia de luta pela Universidade Popular não é em si uma identidade política** de um campo do movimento (que teria como simples finalidade a arregimentação de militantes para uma ou outra organização política), **tampouco uma estratégia abstrata** que paira sobre o movimento real. **Ela está presente em cada luta específica atual** e é condição para que elas acumulem força para o futuro e não parem em si mesmas. Apontar esse horizonte também é importante para dizer **com quem andamos**, a aliança desejada: lado a lado com os trabalhadores do campo e da cidade e com os setores populares, sujeitos históricos da transformação revolucionária da universidade e da sociedade, duas lutas que não podem estar desvinculadas. Para que elas não parem em si mesmas e formem novas táticas.

Como parte da construção do Movimento Nacional, viemos construindo o Grupo de Trabalho Nacional de Universidade Popular (GTNUP), criado no 1º Seminário Nacional de Universidade Popular, em Setembro de 2011, a partir de proposta formulada pela JCA em seu 6º Encontro Nacional (p. 38) e apresentada ao conjunto das organizações e entidades. No decorrer da organização do GTNUP houve contratempos relacionados à indecisão de alguns setores que haviam construído o 1º SENUP. Mesmo assim ao longo dos últimos anos, elaboramos sobre a luta contra a EBSEH sobre Produção de Conhecimento e Análise do PL 2177 – Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, sobre extensão popular e democracia nas universidades. As formulações do GTNUP, embora possam ter um alcance limitado no primeiro momento, cumprem um papel essencial: elas **criam um caldo político-programático do futuro movimento nacional**, que vão orientando e formando aqueles que estão identificados com a estratégia de Universidade Popular, mas que ainda não possuem muita clareza do processo de constituição.

Temos a compreensão de que o **GTNUP, que na atualidade é a expressão concreta do movimento nacional, é mediação para o estabelecimento da forma superior de organização**.

No nosso 6º ENJCA, havíamos apontado para construir o 2º SENUP em 2012, o que não foi possível, por desdobramentos ulteriores do GTNUP. Após reunião da DN em Agosto de 2013, elaboramos a proposta de realização do 2º SENUP em Agosto de 2014, proposta



aprovada em reunião do GTNUP na Paraíba. Quanto aos objetivos do 2º SENUP, pretendemos dar **novos passos na constituição do Movimento Nacional**, o que passa pela consolidação da boa relação entre os grupos, coletivos e organizações que compõem o GTNUP, pela nacionalização dos grupos locais e estaduais de universidade popular e pela massificação do debate através da inserção nas lutas reais.

Ainda temos a avançar na caracterização do caráter político do GTNUP de oposição às políticas do Governo Federal. Há confusões nesse campo, principalmente depois da construção do “campo popular” no Congresso da UNE. Muitas dessas forças falam em universidade popular, no entanto sem explicitar a relação entre essa pauta e a luta concreta contra os projetos de privatização e precarização do ensino superior brasileiro. Essas posições delimitam claramente a política de alianças do campo político que luta pela Universidade Popular. Trata-se de aliar-se àqueles que se contrapõem à contrarreforma do ensino superior, que se tornou *permanente* desde a implementação das políticas do “Consenso de Washington” e do “Protocolo de Bolonha”. Essas políticas foram implementadas no Brasil pela sequência dos governos FHC-Lula-Dilma.

Outro elemento de diálogo com as forças de esquerda que se contrapõem ao projeto do grande capital para a universidade é de que a defesa pura e simples da universidade pública, gratuita e de qualidade se tornou insuficiente, pelo fato de que mesmo que a universidade atual pudesse ser classificada dessa maneira, não adiantaria se não servisse ao povo. A produção científica e tecnológica tem sido drenada para os grandes monopólios, se utilizando de toda a estrutura pública da universidade atual. A gratuidade de universidades públicas tem sido mantida, embora o governo insista em “diminuir os gastos” com a educação. E a qualidade pode até se manter, mas não como padrão unitário e sim como “centros de excelência” desvinculados da grande maioria do povo e voltados ao grande capital. Também hoje não se pode simplesmente reivindicar que a universidade “deve se relacionar mais com a sociedade”. Interessa é saber com quais os sujeitos dessa sociedade de classes a universidade estará se relacionando.

O Movimento da Universidade Popular tem se tornado progressivamente um movimento de **referência programática, de debate e formulações** criativas, aspecto fundamental que tem sido deixado de lado pelo movimento universitário. No entanto, este movimento, que vem se estruturando como movimento nacional, deve ainda se tornar **referência de luta**, que deverá se constituir no próximo passo. Nosso objetivo deverá ser construir ações de enfrentamento à atual ordem universitária. Temos debatido sobre a necessidade de pensar ações nacionais do movimento, que ocorresse simultaneamente em vários locais, que fosse capaz de dar voz nacional ao movimento, que lançasse o programa de transformações necessárias para a universidade em direção à universidade popular.

A condição necessária para o movimento pela universidade popular se enraizar como *campo político nacional*, que disputa a direção e impulsiona positivamente a reorganização do movimento universitário é a formulação dos desdobramentos táticos e dos planos de luta da estratégia geral da universidade popular. Algo que por sua vez será fundamental na conquista da nova militância, novos dirigentes instrumentalizados pela estratégia geral de universidade. Na medida em que ela ilumina e acumula através do programa tático, será capaz de materializar-se e desdobrar-se em qualquer realidade singular desse país pela sua própria essência universal (estratégica) e particular (tática). Para isso, a militância deverá ser capaz de desdobrar criativamente o programa tático e estratégico em políticas adequadas para a realidade de cada local.

Cabe-nos agora avançar na profissionalização do GTNUP como esse instrumento que conseguirá captar as lutas imediatas locais, unificá-las em lutas nacionais, sendo um bloco aglutinador atuando em duas frentes: formulador de uma política pioneira nos debates que carecem ao movimento, impulsionando-o em disputas necessárias; unificador das lutas



imediatas e locais nas pautas em que o movimento já possui determinado acúmulo, disputando a direção do movimento para a estratégia universidade popular, fortalecendo nosso bloco.

A JCA deverá construir Grupos de Trabalhos (GTUPs) ou Movimentos (MUPs) nas universidades em que estiver organizada. O GTNUP impulsionará esses grupos. Os mais desenvolvidos servirão de exemplos práticos para a construção dos menos desenvolvidos através da mediação do GT nacional, trata-se da interação recíproca para o fortalecimento do nível local e nacional. O desenvolvimento desigual entre os vários GTs é natural, mas tendem a se equipararem quando o GT nacional conseguir tornar-se a síntese entre eles.

Sobre algumas características desse movimento, vale reproduzirmos uma resolução do 6º ENJCA:

“Um movimento nacional por uma Universidade Popular não deve ser confundido com uma nova entidade. Ele deve ser composto pelas três categorias universitárias, bem como por movimentos populares e sindicais que não estejam diretamente vinculados à universidade. Este movimento deverá sim, fortalecer as entidades estudantis e sindicais, munindo a luta na universidade de um horizonte estratégico. Ao mesmo tempo, por ser um movimento permanente, se transformaria em um elemento de acúmulo de forças sociais organizativas em constante aperfeiçoamento. Um movimento democrático, autônomo e amplo no sentido da composição de categorias; construído de dentro da universidade para fora e de fora para dentro, bem como solidário as demais lutas dos trabalhadores.” (p. 38)

Movimento estudantil universitário

A JCA compreende a necessidade e luta para reorganizar o movimento estudantil universitário a partir da base, construindo as lutas imediatas e ligando-as à luta estratégica pela Universidade Popular. Nesta compreensão, avaliamos que **hoje não há uma entidade geral que represente e expresse politicamente os anseios dos estudantes universitários brasileiros.**

Em 2013, participamos de mais um Congresso da União Nacional dos Estudantes (CONUNE). O 53º CONUNE foi uma repetição do continuísmo conservador perpetrado por uma direção majoritária (UJS/PCdoB e aliados) que insiste em endossar o projeto mercadológico dos monopólios privados para a educação brasileira, atualmente organizado e implementado pelo governo federal. Estivemos presentes participando e intervindo nas mesas e plenárias, e construindo espaços paralelos buscando realizar debates não feitos pela entidade. Através do Grupo de Trabalho Nacional de Universidade Popular (GTNUP), construímos uma plenária sobre as perspectivas das lutas estudantis e universitárias e a necessidade de um projeto estratégico de luta pela Universidade Popular. Além disso, participamos de uma atividade organizada pela Frente de Luta pelo Transporte de Goiânia, debatendo as perspectivas dessa luta no país e um projeto popular para o transporte visando à gratuidade desse direito fundamental. A UNE, por sua vez, reiterou a despolitização dos espaços nacionais do movimento. Infelizmente, ela é hoje um dócil instrumento do governo que permanece ausente das lutas reais construídas em cada universidade e cidade do país. Uma entidade que não participa de movimentos de luta, como a greve das federais de 2012.

Na chapa “UNE por uma Universidade Popular”, em conjunto com a UJC e Juventude Livre, realizamos nossa análise sobre movimento estudantil, educação e conjuntura nacional. Porém a direção 2011/2013 da UNE, em atitude antidemocrática e centralizadora, realizou um ato de censura em pleno 53º CONUNE. Impediu que apresentássemos aos demais estudantes brasileiros a nossa análise de conjuntura nacional. Evidenciando o seu



atrelamento com os interesses e políticas do atual governo, julgando a análise como igual a de outra chapa.

Os números do Congresso apenas confirmam o posicionamento político de que a disputa de cúpula da entidade não pode reverter a atual situação do movimento estudantil nacional. A UNE aparece nas universidades a cada 2 anos para tirar delegados ao Congresso. É nessa dinâmica que a majoritária consegue manter o *status quo* e eventualmente ampliar o número de delegados – como ocorreu nesse Congresso – uma verdadeira máquina especializada em permanecer na estrutura enquanto permanece ausente do movimento de base. Foi o que ocorreu nesse 53º CONUNE: uma ampliação absoluta do setor majoritário da UNE de 2.367 delegados em 2011 para 2.607 em 2013, embora com uma diminuição relativa de 75,5% para 69% dos votos. A Oposição de Esquerda, por sua vez, também experimentou um pequeno crescimento absoluto de delegados, de 581 para 618, no entanto, também com um decréscimo relativo: de 18,5% para 16,4%. O elemento que poderíamos caracterizar como “novo” foi a afirmação de um campo alternativo, que se intitulou como “campo popular” (formado pelo LPJ e algumas tendências do PT) e que recebeu 14,3% dos votos (um total de 539 delegados), mas que permaneceu oscilante nas posições em relação à oposição e à situação, por um lado criticando as posturas da majoritária – especialmente a priorização da luta institucional em relação à luta de massas – mas por outro, sem demarcar uma posição clara em relação ao atual projeto que vem sendo implementado nas universidades brasileiras.

Nós da JCA construímos o **campo da Universidade Popular** no CONUNE, o qual não acredita que o momento seja de priorizar a disputa de cargos nesta entidade. No entanto, participamos ativamente do processo de tiragem de delegados nas bases, crescemos nessa atuação, intervindo em várias universidades de distintos estados do país como forma de politizar o debate e contribuir para a elevação de consciência e da organização dos estudantes em torno do projeto de Universidade Popular. Mesmo assim, avaliamos que os métodos de disputa da entidade estão longe de representar uma real democracia interna: a proporcionalidade na disputa dos cargos na UNE se transformou na forma como a majoritária legitima a sua própria existência.

A questão do método equivocada, no entanto, é a expressão de um problema mais profundo: a completa ausência de debate sobre projeto de universidade. Notamos que mesmo na oposição – respeitamos e reconhecemos que estão presentes nas lutas em cada universidade – perpetua-se o vácuo programático, onde as alianças e as palavras de ordem pontuais dão a tônica do processo.

Já a “nova” entidade Assembleia Nacional dos Estudantes Livre - ANEL reproduz a mesma lógica da majoritária da UNE na manutenção do seu grupo hegemônico, no caso o PSTU. A ANEL, na verdade, nasceu de uma análise equivocada de que para reorganizar o movimento estudantil bastaria “criar” uma nova entidade que não repetisse os vícios e as políticas implementadas pela UNE. Bastaria trocar a direção da entidade para resolver seu problema político, no entanto, mantiveram-se os mesmos vícios de direção antidemocrática e distante das bases.

Há alguns anos, a JCA tem defendido que uma importante tática para a reorganização do ME é a inserção nas Executivas e Federações de curso. Trata-se de entidades que foram construídas na luta, perderam muita expressão, mas não chegaram a reproduzir tão profundamente os vícios das entidades gerais. Muito do acúmulo que obtivemos nesses últimos anos a respeito do movimento de área foi através do trabalho político que começamos e que mantivemos no interior das executivas e federações de curso, principalmente na emanção da estratégia de Universidade Popular pelo Brasil.



Algumas indicações de trabalho em executivas e federações:

No Serviço Social – aprofundar a defesa do projeto ético-político da profissão, identificando-o com diretrizes de formação profissional ligada às causas do povo trabalhador como elemento tático na construção da estratégia de Universidade Popular. Lançar à ENESSO bandeiras mais gerais do movimento estudantil e articulá-las ao horizonte estratégico. Em nível imediato: barrar a EBSERH nas públicas federais; lutar pela redução de mensalidades nas privadas; e lutar pela ampliação da democracia nas universidades públicas e privadas.

Na Nutrição – identificar bandeiras imediatas do movimento estudantil da nutrição que possam ser ligados ao horizonte da Universidade Popular. Orientar o movimento de forma a lutar por pesquisa e extensão, assim como a formação profissional do nutricionista ligado à compreensão crítica aos atuais indicadores de saúde, bem como políticas públicas de alimentação e nutrição. Fortalecer o debate de Segurança Alimentar e Nutricional, soberania alimentar e saúde pública como táticas de médio prazo para construção da estratégia. É preciso discutir revisões curriculares que apontem para uma formação crítica, criação de projetos de pesquisa e de extensão ligados a estes elementos. Fortalecer o movimento de base como forma de consolidar a atuação na Executiva. Participação da executiva na frente nacional contra a privatização da saúde e nos fóruns locais de saúde que estão ligados a frente e no GTNUP.

Na Arquitetura e Urbanismo – existe um campo dentro do ME da Arquitetura (os EMAUS – Escritórios Modelos de Arquitetura) que já constrói um debate alternativo aos encontros festivos da FENEA. É necessário fortalecer o debate de reforma urbana, direito à cidade, extensão popular dentro dos escritórios modelo, resgatar na FENEA esses elementos. Mapear todos os elementos de esquerda dispersos nas bases regionais e nacionais, procurando criar alianças e redes, preparando intervenções conjuntas e preparando terreno para um debate mais geral, abrindo caminho para a luta pela Universidade Popular, o que necessitará de antemão a consolidação de um campo de esquerda.

Na História – a Federação do Movimento Estudantil de História (FEMEH) se organiza a nível nacional e estadual por escolas indicadas para ser Coordenação Nacional (CN). Isso é problemático porque não tem uma direção eleita através de um programa político. A JCA defende que a CN da FEMEH se torne uma direção executiva eleita através da formação de chapa que deve ser eleita baseada em seu programa político.

No Direito – é necessário fortalecer o debate sobre o Movimento por uma Universidade Popular para a Federação Executiva Nacional dos Estudantes de Direito - FENED. Criar um GTUP. Fortalecer o debate sobre a teoria crítica do direito através da Teoria Marxista, no sentido de compreender o fundamento da forma jurídica como uma estrutura de manutenção do status quo e de legitimação dos interesses da classe dominante. Fortalecer a FENED desde a base como forma de combater o esvaziamento e a despolitização a nível nacional do Movimento Estudantil do Direito. Construir e fortalecer as AJUPs (Associações Jurídica Populares).

UEE's – o 7º ENJCA ressalta também a importância da intervenção nas entidades estudantis estaduais.

DCE e CA's - No processo de reorganização do Movimento Estudantil Universitário a mediação entre as entidades que existem no interior das universidades (CAs e DCEs) também é fundamental. As entidades devem ser capazes de aliar as necessidades mais sentidas dos estudantes ao debate mais geral daquela universidade, mas também aos debates que dizem respeito à educação como um todo, aos problemas sociais e às lutas da



classe trabalhadora e do povo. Ou seja, através da organização de base, dos debates e da conscientização dos estudantes através de suas bases (CAs/DAs) até a entidade geral (DCE) devemos acumular no sentido das conquistas necessárias aos estudantes, mas fundamentalmente acumular para a compreensão, construção e fortalecimento da estratégia de Universidade Popular e suas mediações (debate acerca da produção de conhecimento, extensão popular). As lutas e conquistas imediatas devem contribuir para elevar o nível de consciência e organização dos jovens e dos estudantes. Isso somente é possível com a mediação consciente construída pela organização revolucionária. As ações no interior dos DCEs, portanto, devem ter como perspectiva a política nacional para o movimento estudantil universitário acerca da Universidade Popular.

Além disso, é fundamental que a entidade trabalhe em distintas frentes, que seu trabalho desenvolva-se no âmbito artístico e cultural, no âmbito político, educacional, no âmbito dos esportes e do lazer. Isso ampliará o contato das entidades com as bases (CAs/DAs) com as massas e ampliará o debate político acerca de todos os âmbitos da vida universitária. A entidade deve conseguir dinamizar seu trabalho e permanecer próxima aos estudantes.

APG's e ANPG – O movimento estudantil da pós-graduação tem se dinamizado com a expansão dos seus programas e vagas a partir do REUNI em 2007. As lutas referentes a condições de permanência como bolsas, moradia, por exemplo, além das lutas pelo desenvolvimento de pesquisa e extensão a serviço das causas populares, motivam e podem mobilizar cada vez mais estudantes.

Devido a essa dinamização a ANPG tem se mostrado um campo propício de disputa. Pela base, a partir da construção das APGs locais, devemos disputar os Congressos e Conselhos dessa entidade, defendendo o direito dos pós-graduandos e a construção da Universidade Popular.

Estágio interdisciplinar de vivência – EIV

Os Estágios Interdisciplinares de Vivência são espaços que proporcionam experiências ricas de formação com movimento populares do campo (MST, MPA, MAB, MMC), tanto para os estagiários, quanto para os membros organizadores da CPP (Comissão Político-Pedagógica) e é positivo que desperte em seus participantes a necessidade de organizar-se. No entanto, combatemos práticas aparelhistas de organizações que os tornaram em alguns locais uma espécie de ante-sala para crescer suas próprias organizações. Defendemos o EIV como espaço amplo que proporcione debate sobre a realidade brasileira e a construção de profunda solidariedade com os movimentos sociais do campo, articulado também às lutas do movimento universitário.

Em 2011, lançamos as primeiras avaliações e apontamentos para os EIV's, instrumento criado pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB): "1) a construção dos estágios deve pautar-se pelo horizonte da Revolução Socialista e 2) sua formação deve estar voltada à prática militante". (p. 40)

Mesmo mantendo a defesa desses princípios, avaliamos que há uma grande heterogeneidade entre os EIV's em cada local, razão pela qual devemos analisar cada caso adotando como critérios o espaço para construção coletiva na CPP, o enfoque teórico definido para as mesas de debate e a composição do corpo de estagiários.

Em 2011, avaliamos que na ausência de uma entidade geral nacional que articule os EIV's "devemos ligar a construção do EIV às entidades locais (DCE's, CA's) ou, e preferencialmente, a movimentos que se orientem pela discussão de Universidade Popular" (idem) e nacionalmente ao GTNUP. Também nesse ano, a JCA definiu por "construir os



EIV's em todos os locais onde tem atuação", analisando cada caso e a forma de inserção. Como elementos gerais, essa construção deve se pautar

"pela necessidade de formar militantes socialistas; pela necessidade de vincular a luta estudantil aos movimentos sociais organizados; pela estratégia de reorganizar o movimento estudantil a nível nacional através da política de Universidade Popular; pela estratégia de reorganizar os EIVs através da reorganização do movimento estudantil a nível nacional". (idem)

O 7º ENJCA avalia que o EIV é um importante instrumento para a inserção do ME no bloco de forças proletário e popular. Por isso, incentivando a construção dos EIV e a participação de nossos militantes e amigos da organização.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Movimento Estudantil Secundarista

A União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES existe desde 1948 e em alguns momentos da história, como na ditadura militar, foi de extrema importância para a organização estudantil, no entanto, atualmente perdeu sua capacidade de mobilização. Sua direção majoritária é composta pelo PT e PCdoB, que através da entidade legitimam todo o processo de sucateamento da educação realizado pelo governo federal, resumindo sua existência à realização de congressos onde os debates são poucos e rasos. A Oposição de Esquerda dentro da UBES não apresenta política estratégica para educação e tem sua atuação resumida a fazer oposição à direção majoritária e a criticar o governo federal. No entanto, os eventos da UBES podem ser ambientes proveitosos, pois aglomeram grande quantidade de estudantes interessados na luta, mas ainda inexperientes e perdidos em relação às organizações políticas.

Apesar da UBES ser semelhante a UNE, no movimento de base há pouca presença de organizações políticas e mesmo de entidades de base, tornando o movimento mais imaturo e ao mesmo tempo sem muitos vícios presentes no movimento universitário. Há espaço livre para construção política, pois quase 90% dos jovens entre 7 e 17 anos estão matriculados no ensino fundamental e médio.

Buscaremos participar dos congressos da UBES, porque é um dos poucos espaços nacionais que aglomeram uma grande quantidade de estudantes secundaristas. A participação nos congressos também é importante para calibrar nossa análise sobre o movimento nacional no que diz respeito às pautas, política de alianças e os caminhos para reorganização dos estudantes. Nosso debate desde a base deve ser de crítica à política reboquista da UBES e também de seu afastamento da base. A eleição da União Florianopolitana de Estudantes Secundaristas – UFES é exemplo da volatilidade que os espaços secundaristas apresentam. A UJS organizou um grande encontro na capital catarinense que teve tiragem de delegados por sala de aula e acabou perdendo o controle da plenária o que levou a derrota na eleição para uma chapa de oposição que assumiu a direção numa composição onde a UJS tem 2 entre 16 diretores.

Entre os encaminhamentos do 7º ENJCA, apontamos a necessidade de **reforçar inserção da JCA em grêmios estudantis**.

Outra deliberação em consonância com a "aproximação e acompanhamento dos jovens secundaristas, em conjunto com os professores do Movimento Avançando Sindical (MAS)" (idem) está a construção de Fórum das Licenciaturas interdisciplinares como espaço



de formação do movimento estudantil numa perspectiva emancipatória para os futuros professores; de ação orientados na perspectiva da construção da educação popular.

EDUCAÇÃO TÉCNICA

O ensino profissionalizante surge no Brasil no começo do século XX com o objetivo de formar mão de obra para serviços específicos de acordo com as demandas do capital. Desde o início, tem seu desenvolvimento ligado às mudanças na indústria e no mercado. Nos anos 40, como forma de responder a essas dinâmicas, o Ministério da Educação autoriza a criação de diversos órgãos de formação profissional, como o SENAI e o SENAC, que viriam a formar o “Sistema S”. Décadas depois, a educação profissional é propositadamente deixada de fora da LDB, reforçando a dissociação entre ensino médio, que aponta a preparação ao ensino superior e o ensino técnico entendido como um fim em si mesmo. As últimas mudanças estruturais são feitas pelo PT em continuidade aos projetos de FHC e buscam rearticular o ensino médio ao técnico, criando formas integradas, concomitantes e subsequentes, que reforçam o papel do setor privado em sua gestão, uma vez que flexibilizam a formação permitindo sua realização em módulos que já garantem a certificação, acelerando a formação e reduzindo custos.

O desenvolvimento do ensino técnico evidencia seu potencial de transmissão crítica de conhecimento e de instrumento para apropriação das técnicas do processo produtivo pelos trabalhadores, no entanto ele acontece no Brasil submetido à lógica de formação de mão de obra dirigida a atividades determinadas pela dinâmica do capital.

Houve um grande alarde dos governos do PT sobre o crescimento do ensino público com a criação dos Institutos Técnicos Federais. No entanto, 46,4% dos estudantes de ensino técnico estavam matriculados em instituições privadas em 2012, além disso, foram instituídas por esse governo políticas de transferência direta de verba pública ao ensino privado. É o caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC que estimula o aumento da formação no ensino técnico através de cursos de curta duração. Além de isenções fiscais, as instituições privadas recebem através das bolsas verbas do MEC, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e do Fundo de Financiamento do Estudante de Ensino Superior – FIES. O PRONATEC ainda oferece o FIES-Empresa, empréstimos para empresas que desejem qualificar seus empregados através de cursos do sistema S. que podem ser oferecidos no próprio local de trabalho. A JCA se coloca contrária a este projeto, por se tratar, em linhas gerais, de um programa que sintetiza as orientações dos organismos internacionais para a educação, possibilitando o avanço da privatização direta na oferta de formação profissional; mostra uma posição clara que opta pela precarização em prol do retorno financeiro e a conversão da miséria e do desemprego em “nichos de mercado” para o setor educacional privado.

Movimento estudantil no ensino técnico

Avaliamos no 7º ENJCA que a JCA deve buscar a construção e participação nas entidades de base do ensino técnico, tecendo assim caminhos para uma maior inserção na classe trabalhadora.

Um elemento novo é a **inserção da JCA na Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico (FENET)**. No 6º ENJCA, afirmamos que era necessário:

“Intensificar o trabalho nos cursos técnicos incorporando nos debates sobre o movimento estudantil as condições de trabalho e a dinâmica societária em crise do capitalismo. Essa transição para o mundo do trabalho deve ser problematizada com a luta nos Grêmios Estudantis”. (p. 41)



Considerando a inviabilidade a curto prazo de reconquistar a UBES para a luta, pautamos a atuação imediata nos seus congressos pelo fortalecimento da FENET, concomitantemente a construção de nossa estratégia para o ME secundarista em geral.

A FENET é uma entidade em construção, mas que representa uma opção viável para a organização estudantil em âmbito nacional no ensino técnico.

Além disso, as discussões internas e externas a respeito de Universidade Popular e produção do conhecimento devem aproximar-se da educação tecnológica, incluindo o Proeja e os cursos técnicos integrados, devido ao crescimento vertiginoso do volume e importância de pesquisas e estudos sendo realizados, além do perigoso avanço do setor privado sobre essas áreas. Devido ao forte tecnicismo, devemos desenvolver luta orientada por uma estratégia de construção da educação popular

JOVENS TRABALHADORES

A organização de jovens pela condição de trabalhador ainda é incipiente na esquerda brasileira, a JCA está em estágio de estudo e elaboração. No entanto, os dados demonstram que em 2009, 17,9% dos jovens estudavam e trabalhavam ou procuravam emprego, 55,2% só trabalhavam ou procuravam emprego, enquanto 13,5% só estudavam, e outros 13,4% estavam sem nenhuma atividade (Fonte: IBGE. Pnad Elaboração: DIEESE). Isso demonstra a necessidade de organizar esse setor, que concentra a maioria dos jovens no país. Mas devemos aprofundar estudos sobre a realidade dos trabalhadores valendo-se dos debates realizados pelo PCLCP e pelo MAS (sindicalismo de Estado, reforma da previdência) e identificando os espaços do mundo do trabalho onde é maior a incidência de jovens, buscando construir pautas gerais e específicas das categorias ou espaços de trabalho.

Por se tratar de nova frente de atuação, os núcleos que realizarem esse trabalho deverão estar em permanente contato com a Secretaria de Jovens Trabalhadores da DN.

Os encaminhamentos para esse trabalho são:

1. Formular um programa de formação específico para o núcleo de Jovens Trabalhadores através de textos e filmes que associem a realidade do mundo do trabalho à teoria marxista-leninista de maneira didática, permitindo ao jovem trabalhador a compreensão da exploração capitalista e da superação dentro de sua própria realidade.
2. Nos casos onde o local de trabalho é muito pequeno ou exige alto nível de preparação, devemos buscar inserir os militantes em atividades de solidariedade a outras categorias e/ou outras atividades da JCA, para evitar que sua formação fique resumida a estudos e debates.

LUTA FEMINISTA

O surgimento do capitalismo se dá em condições adversas para as mulheres, que contam nesse processo com uma desvantagem social dupla: no nível cultural, era tradicional sua subordinação com relação aos homens; e no plano estrutural, na medida em que se desenvolviam as forças produtivas, passavam a ser situadas periféricamente no sistema de produção. A ordem social então nascente, dessa forma, se estabeleceu sob os alicerces das estruturas de alienação e discriminação reinantes anteriormente, adaptando-as a seus objetivos e às suas exigências de reprodução.



A opressão das mulheres na forma social atual não é mero resíduo de relações sociais anteriores ou correspondente às exigências masculinas pelo poder: pelo contrário, radica profundamente nas relações atuais de produção e reprodução da vida. A modernização da sociedade não atenuou o patriarcado, acentuou-o: foi ela que partiu de forma tão extrema a humanidade entre homens e mulheres, apresentando-os como se fossem seres radicalmente distintos e inclusive opostos.

A violência estrutural sofrida pelas mulheres, a de gênero, é um padrão específico de violência, que visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuados que subalternizam o gênero feminino, anterior ao capitalismo, mas apropriada por ele. Sua dimensão se amplia e reatualiza na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado.

No último quartel do século XX, em quase todo o mundo e também no Brasil, houve alterações significativas na divisão sexual do trabalho, que resultaram num processo que algumas autoras chamaram de *feminização do mundo do trabalho*. Tal processo aumentou a proporção de mulheres atuantes na economia formal e informal fora e dentro do lar, mas não se traduziu num reordenamento equivalente das tarefas domésticas, empurrando as mulheres para duplas ou triplas jornadas de trabalho.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho se dá prioritariamente nos espaços dos empregos precários, de baixos salários, de tempo parcial (ou nas jornadas de meio período), ou seja, com forte exploração da força de trabalho. O assédio sexual no ambiente de trabalho, por exemplo, passou a ser considerado crime apenas em 2001. Além disso, as mulheres, sobretudo as negras, são as maiores vítimas de assédio moral no local de trabalho.

Outro fenômeno relevante relacionado à feminização do mercado de trabalho é que as mulheres têm se concentrado nos setores em que as atividades se assemelham às do trabalho doméstico, o que acentua o caráter desigual dos salários recebidos e ajuda a reforçar ainda mais os estereótipos de gênero, naturalizando a divisão sexual do trabalho, não só dentro, mas fora da família.

A chamada “revolução sexual”, que ocorreu de forma concomitante ao aumento na quantidade das mulheres na chamada “economia ativa” tampouco implicou em alterações profundas nos papéis hierárquicos da família. Foram configuradas novas formas de opressão que não passam pela interdição da sexualidade das mulheres (muito embora essa também prevaleça), mas pela transformação delas em objetos de satisfação do prazer do outro, o homem; ou ainda em “super mulheres”, que trabalham, educam seus filhos, cuidam da casa e satisfazem seu marido sem perder o salto (numa tentativa bem sucedida de positivar o acúmulo de jornadas de trabalho e a opressão doméstica). As propagandas de mercadorias, como carros, cervejas ou produtos de limpeza, e os programas humorísticos nos dão fartíssimos exemplos das novas formas de que tem se travestido o patriarcado.

No Brasil, as mudanças no ordenamento jurídico sobre a igualdade formal – especialmente com a Constituição de 1988 – e da legislação punitiva da violência de gênero – com a aprovação da Lei Maria da Penha – foram importantes, mas possuem limites inflexíveis, já que as margens de manobra do sistema do capital são e cada vez mais estreitas para a existência de uma verdadeira igualdade substantiva. A possibilidade de proteção das mulheres de parceiros ou pais agressores, por exemplo, ainda é incompatível com a quantidade de abrigos para mulheres em situação de transição e de delegacias especializadas com a formação cultural da polícia e da justiça (que muitas vezes culpa explícita ou implicitamente as mulheres que foram vítimas da violência sofrida), e mesmo com a formação cultural das mulheres que não percebem a violência sofrida como tal, ou consideram que há motivos importantes para suportá-la. Isso sem falar da insuficiência de



uma política puramente punitiva, que não produz efeitos positivos de conscientização dos homens praticantes da violência.

A inter-relação existente entre todos os aspectos da vida, nos quadros de uma sociedade altamente alienante, discriminatória, hierárquica e opressora, faz com que se torne impossível o ordenamento de qualquer “microcosmo” específico do sistema do capital de acordo com o princípio da igualdade real, ou substantiva. Não é por outra razão, portanto, que dadas às condições estabelecidas, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem que seja afirmada simultaneamente a demanda da *igualdade verdadeira* que desafia diretamente a autoridade do capital, prevalecente no ‘macrocosmo’ abrangente da sociedade e igualmente no ‘microcosmo’ da família nuclear.

Defendemos que as formas de organização que deveremos delinear a fim de orientar nossa militância na luta contra as relações que transformam as mulheres no sistema do capital em mulheres oprimidas, estejam intrinsecamente vinculadas à estratégia geral de enfrentamento adotada pela nossa organização. Ao mesmo tempo, esperamos que o desenvolvimento desta militância nos proporcione os elementos necessários para que enriqueçamos essa mesma concepção estratégica, dotando-a da complexidade de que é composta a sociedade capitalista.

Como encaminhamento decidimos:

1) Incluir o debate sobre a luta feminista na formação básica da JCA e também promover espaços coletivos de formação e debate a respeito;

2) Estimular o feminismo socialista entre homens e mulheres seja nos movimentos específicos ou através da defesa de bandeiras emancipatórias nos espaços de militância em que já estamos inseridos/as;

3) Articular o debate sobre a opressão com o nosso horizonte estratégico propagandeando-o na imprensa da JCA.